

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.dj@dabr.com.br

Recordar é viver

Dentro do PT, o ato de 8 de janeiro servirá para começar o ano eleitoral de 2024 lembrando que os perigos para a democracia não acabaram. O ato, avaliam alguns, poderá, inclusive, ajudar a reforçar a polarização com os bolsonaristas.

Por falar em polarização...

A aposta do PT é a de que a divisão política está mais viva do que nunca e serve aos dois lados da moeda. PL, PT e os maiores aliados de ambos tendem a reforçar essa cisão do país para conquistar espaço nas eleições municipais.

...a pressão vai crescer

Da mesma forma que Lula agiu para evitar candidaturas de esquerda em 2022 a fim de tornar a opção desse campo, o presidente agirá, agora, em prol de Guilherme Boulos em São Paulo. Não será tão fácil, mas esses movimentos vão tomar conta do primeiro trimestre de 2024.

Arrefeceu

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, conseguiu estancar a pressão para catapultá-lo do cargo. Pelo menos, por enquanto. A opinião, na frente ampla de Lula, é "quando encaixa a conversa, ele cumpre".

A lei que falta

Se a legislação de combate às fake news estivesse aprovada e sancionada, casos de informações falsas, como o que levou à morte Jessica Canedo, poderiam ser punidos. Esse tema deve ser uma das prioridades para 2024. Jessica foi encontrada morta na última sexta-feira, depois de falsos diálogos divulgados na internet, como se ela tivesse um romance com o humorista Whindersson Nunes. Foi atacada no esgoto das redes sociais e não conseguiu superar o turbilhão emocional.

O que preocupa o Supremo

Em conversas para lá de reservadas, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) demonstram muita preocupação com as eleições de 2026. Embora os partidos sequer tenham passado pela eleição municipal de 2024, há o receio de que a renovação de dois terços do Senado leve a um aumento do grupo que deseja

o impeachment de ministros da Suprema Corte ou que queira impor mais limites à atuação de seus magistrados. Por isso, avisam alguns, a hora para tentar reforçar o lastro institucional para evitar que o trator atinja o STF é agora, nesses dois anos e meio que faltam até a próxima temporada de eleições para o Legislativo.



CURTIDAS

A onda deles/ A cirurgia que Lula fez no quadril para colocar uma prótese virou febre entre os políticos. Depois do presidente da República, foi a vez do líder do governo, José Guimarães. Agora, é o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP) que se submeterá ao procedimento cirúrgico.

A onda delas/ Na época da presidente Dilma Rousseff, a febre foi a dieta Ravenna. A então presidente levava até seus assessores para afinar a silhueta. "Nunca mais tive problemas com as minhas taxas". Referia-se a colesterol, glicose, triglicerídeos e por aí vai.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Em casa/ A vice-governadora Celina Leão (foto) vai representar o Distrito Federal no ato de 8 de janeiro. Ela estará no exercício do cargo porque o governador Ibaneis só volta das férias em Miami na segunda quinzena de janeiro. No dia do quebra-quebra na sede dos Três Poderes, aliás, foi Celina quem esteve no gabinete do ministro da Justiça, Flávio Dino, para ajudar no momento mais tenso da tentativa de golpe.

A turma não perdoa/ Em pleno Natal, teve excelência que se referia assim ao ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, sobre a perspectiva de aceitar o Ministério da Justiça: "A esposa é contra, mas ele não vai dispensar uma placa verde e amarela".

MÍDIAS SOCIAIS / Morte de estudante vítima de mentiras sobre um suposto relacionamento com youtuber deflagra reações contra o vale-tudo das redes e põe pressão no Congresso para aprovar projeto de regulação

Pressão para frear as fake news

» ALINE BRITO

A discussão envolvendo a regulamentação das redes sociais voltou a ganhar força no país após a repercussão do caso da morte da jovem Jéssica Canedo. Ministros e parlamentares governistas usaram as redes sociais para defender o Projeto de Lei (PL) das Fake News, que está parado na Câmara e enfrenta grande resistência da oposição.

O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, defendeu que a regulamentação das redes sociais é um "imperativo civilizatório" sem o qual não se tem como falar em "democracia ou mesmo em dignidade". "A irresponsabilidade das empresas que regem as redes sociais diante de conteúdos que outros irresponsáveis e mesmo criminosos (alguns envolvidos na política institucional) nela propagam tem destruído famílias e impossibilitado uma vida social minimamente saudável", disse.

O próprio ministro tem sido alvo de ataques nas redes sociais. Ele pediu, na semana passada, que o Ministério Público investigue a autoria de comentários racistas feitos em suas postagens.

O líder do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara, Zeca Dirceu (PT-PR), cobrou o avanço da tramitação do projeto. "Isso deve ser prioridade já no início do ano para o Parlamento". O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no discurso de Natal, também falou sobre o descontrole das redes. "Vamos combater as fake news, a desinformação e os discursos de ódio. (Vamos) valorizar a verdade, o diálogo entre as pessoas".

Casa. Ao **Correio**, o parlamentar disse acreditar ser possível votar a matéria. "O presidente (da Câmara) Arthur Lira (PP-AL) já alertou inúmeras vezes sobre a relevância da matéria. Penso que, na retomada das atividades da Câmara dos Deputados, o colégio de líderes poderá conhecer o atual estado da arte e avaliar a possibilidade de votar a matéria".

"Sou otimista, imagino que devemos votar. A regulamentação de plataformas digitais é tema em debate no mundo inteiro, e acredito que devemos nos sintonizar com o mundo", avaliou Orlando Silva.

Opositores do projeto, porém, acusam o governo de usar a morte de Jéssica Canedo para reacender o debate sobre a regulamentação das plataformas digitais. O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) chamou os parlamentares de esquerda de "canhais" e disse que a ala política é "doente". "Sobem em cima da morte de uma inocente para pautar censura e agenda política".

O projeto também enfrenta resistência do lobby das big techs, principalmente, aquelas que controlam as redes sociais, como X (antigo Twitter) e Facebook, além do Google. As plataformas falam em cerceamento da liberdade de expressão. Assim que o relatório final da matéria foi entregue pelo relator na Câmara, o Google iniciou uma campanha na página inicial do buscador contra o texto, argumentando que "o PL das Fake News pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira no Brasil". A mensagem foi tirada do ar depois que a empresa foi notificada pelo Ministério da Justiça.

Entenda o caso

Jéssica Canedo, 22 anos, tirou a própria vida após páginas de foco nas redes sociais divulgarem supostas conversas da jovem com



Orlando Silva, relator do PL das Fake News, com Silvio Almeida: "regulação é tema de debates no mundo inteiro"

Instagram/Reprodução



Jéssica Canedo, de 22 anos, foi vítima de mentiras nas redes sociais: desfecho dramático

Reprodução Instagram



Whindersson Nunes defendeu que lei das fake news seja batizada com o nome da estudante mineira

o humorista Whindersson Nunes, com quem estaria iniciando um relacionamento. O caso ganhou proporção depois que um perfil no Instagram chamado Choquei compartilhou prints dessas mensagens sem antes verificar a veracidade da informação.

As conversas eram falsas. Antes de morrer, Jéssica publicou em sua conta que as mensagens se tratavam de uma mentira e que estava sofrendo ataques na internet depois de ter seu nome divulgado pela página de foco. O administrador

acordo com a jovem e com Whindersson Nunes, que também negou a veracidade da informação, o suposto diálogo foi montado por uma conta falsa, com o intuito de ganhar engajamento com o nome do humorista.

Por conta dos ataques, a mãe de Jéssica chegou a pedir para que a publicação envolvendo o nome da jovem fosse retirada das páginas de foco, para evitar que a filha atentasse contra a própria vida, já que ela sofria de depressão. O administrador

do Choquei ironizou a situação em outra postagem. Horas depois, a família confirmou a morte da estudante.

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) informou que um inquérito foi instaurado para investigar as reais causas da morte de Jéssica. O humorista Whindersson Nunes lamentou o ocorrido, se solidarizou com a família da estudante e garantiu que vai unir esforços para criar a Lei Jéssica Almeida, que visa garantir um ambiente virtual mais seguro.

Principais mudanças

- » O PL 2630 institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparéncia na Internet, com medidas de combate à disseminação de conteúdo falso nas redes sociais e nos serviços de mensagens privadas
- » Medidas valem para plataformas com mais de 2 milhões de usuários
- » Provedores de redes sociais e de serviços de mensagens deverão proibir contas falsas, exceto em caso de conteúdo humorístico ou paródia
- » As plataformas deverão proibir também contas automatizadas (geridas por robôs) não identificadas como tal para os usuários
- » As plataformas deverão limitar envio de mensagem em massa a usuários e grupos
- » As big techs deverão guardar, por três meses, registros dos envios de mensagens encaminhadas em massa
- » As plataformas terão de publicar relatórios semestrais de transparéncia, com informações sobre a moderação de conteúdo falso
- » As plataformas terão que comunicar imediatamente às autoridades qualquer informação que levante suspeitas de que ocorreu ou que possa ocorrer um crime que envolva ameaça à vida
- » As big techs poderão ser responsabilizadas por danos causados por meio de publicidade e sofrer punições, como multas, caso descumpriam decisões judiciais de remoção imediata de conteúdo ilícito